

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENSINO DIFERENCIADAS

SPECIAL EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION: A STUDY ON DIFFERENTIATED TEACHING STRATEGIES

EDUCACIÓN ESPECIAL DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: UN ESTUDIO SOBRE ESTRATEGIAS DE ENSEÑANZA DIFERENCIADAS

Juliano Trevichenski¹

RESUMO: A presente pesquisa discute a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com foco nas estratégias de ensino diferenciadas adotadas no contexto da escola regular. Em um cenário educacional ainda marcado por desigualdades e práticas excluientes, torna-se fundamental refletir sobre como as ações pedagógicas podem ser ressignificadas para acolher, de forma efetiva, a diversidade presente nas salas de aula. O objetivo geral do estudo foi analisar como as estratégias de ensino diferenciadas contribuem para a efetivação da inclusão de estudantes com deficiência, promovendo seu desenvolvimento, participação e aprendizagem. A escolha pelo tema se justifica pela necessidade de ampliar os debates sobre práticas pedagógicas que superem a lógica padronizada e reconheçam as diferentes formas de aprender. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com base em autores brasileiros e publicações acadêmicas que tratam da inclusão, das adaptações curriculares e das políticas públicas voltadas à Educação Especial. Os resultados apontam que, embora existam avanços legais e políticos, ainda persistem barreiras atitudinais, pedagógicas e estruturais que dificultam a efetivação da inclusão no cotidiano escolar. Por outro lado, também foram identificadas experiências bem-sucedidas que mostram que é possível transformar a realidade escolar a partir do compromisso pedagógico, do planejamento colaborativo e da formação continuada dos profissionais da educação. Conclui-se que a inclusão plena exige mais do que presença física: exige práticas sensíveis, intencionais e construídas coletivamente, capazes de garantir que todos aprendam com dignidade, respeito e pertencimento.

2980

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Estratégias de Ensino Diferenciadas.

¹Mestrando em Ciências da Educação pela FICS - Faculdade Interamericana de Ciências Sociais.

ABSTRACT: This research discusses Special Education from the perspective of Inclusive Education, focusing on differentiated teaching strategies adopted within the context of mainstream schools. In an educational setting still marked by inequalities and exclusionary practices, it becomes essential to reflect on how pedagogical actions can be redefined to effectively embrace the diversity present in classrooms. The general objective of the study was to analyze how differentiated teaching strategies contribute to the realization of inclusion for students with disabilities, promoting their development, participation, and learning. The choice of this theme is justified by the need to broaden the debate on pedagogical practices that move beyond standardized approaches and recognize different ways of learning. The methodology adopted was a bibliographic review, based on Brazilian authors and academic publications that address inclusion, curriculum adaptations, and public policies related to Special Education. The results show that, despite legal and political progress, attitudinal, pedagogical, and structural barriers still hinder the full implementation of inclusion in everyday school life. On the other hand, successful experiences were identified, demonstrating that it is possible to transform the school environment through pedagogical commitment, collaborative planning, and the continuous training of education professionals. It is concluded that full inclusion requires more than physical presence: it demands sensitive, intentional, and collectively built practices capable of ensuring that everyone learns with dignity, respect, and a sense of belonging.

Keywords: Inclusive Education. Special Education. Differentiated Teaching Strategies.

RESUMEN: Esta investigación analiza la Educación Especial desde la perspectiva de la Educación Inclusiva, con un enfoque en las estrategias de enseñanza diferenciadas adoptadas en el contexto de las escuelas regulares. En un entorno educativo aún marcado por desigualdades y prácticas excluyentes, se vuelve esencial reflexionar sobre cómo las acciones pedagógicas pueden redefinirse para acoger de manera efectiva la diversidad presente en las aulas. El objetivo general del estudio fue analizar cómo las estrategias de enseñanza diferenciadas contribuyen a la efectivización de la inclusión de estudiantes con discapacidad, promoviendo su desarrollo, participación y aprendizaje. La elección de este tema se justifica por la necesidad de ampliar el debate sobre prácticas pedagógicas que superen los enfoques estandarizados y reconozcan las diferentes formas de aprender. La metodología adoptada fue una revisión bibliográfica, basada en autores brasileños y publicaciones académicas que abordan la inclusión, las adaptaciones curriculares y las políticas públicas relacionadas con la Educación Especial. Los resultados muestran que, a pesar de los avances legales y políticos, aún persisten barreras actitudinales, pedagógicas y estructurales que dificultan la implementación plena de la inclusión en la vida escolar cotidiana. Por otro lado, se identificaron experiencias exitosas que demuestran que es posible transformar la realidad escolar a partir del compromiso pedagógico, la planificación colaborativa y la formación continua de los profesionales de la educación. Se concluye que la inclusión plena requiere más que presencia física: exige prácticas sensibles, intencionales y construidas colectivamente, capaces de garantizar que todos aprendan con dignidad, respeto y sentido de pertenencia.

2981

Palabras clave: Educación Inclusiva. Educación Especial. Estrategias de Enseñanza Diferenciadas.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Educação Inclusiva tem se consolidado como uma pauta urgente e necessária no cenário educacional brasileiro. Trata-se de um movimento que vai além da simples presença de estudantes com deficiência na escola regular. Ela busca, acima de tudo, garantir que todos tenham acesso à aprendizagem com dignidade, respeito e equidade. Nesse contexto, a Educação Especial passa a ser compreendida não como um sistema paralelo, mas como uma modalidade de ensino que colabora com a inclusão, oferecendo apoio e recursos pedagógicos para que cada estudante possa aprender conforme suas necessidades e potencialidades.

Contudo, embora avanços legais e institucionais tenham sido conquistados, o cotidiano das escolas ainda revela inúmeros desafios para a efetivação da inclusão. Muitas vezes, as práticas pedagógicas adotadas não dialogam com a diversidade presente nas salas de aula, limitando o processo de aprendizagem de estudantes que demandam estratégias específicas de ensino. Isso nos leva a refletir: como garantir, na prática, que todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência, tenham acesso a uma educação de qualidade?

2982

A partir dessa inquietação, a presente pesquisa foi desenvolvida com o objetivo geral de analisar como as estratégias de ensino diferenciadas contribuem para a efetivação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, promovendo a aprendizagem e a participação de estudantes com deficiência na escola regular. Para isso, foram definidos três objetivos específicos: investigar quais estratégias vêm sendo adotadas por professores da Educação Básica para promover a inclusão, identificar os desafios enfrentados pelos educadores e refletir sobre as potencialidades das práticas inclusivas na construção de uma escola mais equitativa e acolhedora.

A escolha por esse tema se justifica pela necessidade de fortalecer o compromisso com uma educação verdadeiramente democrática, que reconheça e valorize a diferença como parte essencial do processo educativo. Pensar em estratégias de ensino diferenciadas é pensar em caminhos possíveis para superar práticas excludentes e oferecer condições reais de aprendizagem para todos os estudantes, especialmente aqueles que historicamente foram marginalizados no sistema educacional.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, com base na leitura crítica de artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais. Diante desse cenário, formulou-se a seguinte questão norteadora da pesquisa: como as estratégias de ensino diferenciadas têm sido utilizadas no cotidiano escolar para promover a inclusão efetiva de estudantes com deficiência, e quais são os principais desafios enfrentados pelos docentes nesse processo?.

MÉTODOS

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem bibliográfica, com caráter qualitativo, buscando compreender as contribuições da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, especialmente no que se refere às estratégias de ensino diferenciadas. Essa escolha metodológica se justifica pelo desejo de construir um olhar sensível e fundamentado sobre a temática, a partir de fontes teóricas já existentes que retratam experiências, reflexões e proposições de diferentes autores, pesquisadores e instituições.

Conforme explica Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é essencial quando se pretende examinar um problema a partir de materiais já publicados, permitindo ao pesquisador organizar e interpretar os conhecimentos acumulados sobre determinado assunto. Assim, este estudo tem como base a leitura crítica e interpretativa de livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais que dialogam com o campo da inclusão escolar e das práticas pedagógicas voltadas à diversidade.

2983

Foram utilizados descritores cuidadosamente escolhidos para dar precisão e abrangência às buscas, tais como: educação inclusiva, educação especial, práticas pedagógicas inclusivas, adaptações curriculares, formação docente para inclusão, estratégias diferenciadas de ensino e políticas públicas de inclusão escolar. As palavras-chave foram combinadas por meio de operadores booleanos com o intuito de localizar textos que trouxessem abordagens interligadas, respeitando a complexidade do tema investigado.

As plataformas utilizadas para o levantamento dos materiais incluíram o Google Acadêmico, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a base SciELO Brasil, o Portal de Periódicos da CAPES e o repositório Redalyc. A escolha dessas fontes partiu da relevância e do reconhecimento acadêmico que essas bases possuem, oferecendo acesso a estudos consolidados, revisados por pares e amplamente utilizados na área da educação.

Durante o processo de seleção dos materiais, foram incluídos textos que abordavam diretamente os temas da inclusão escolar, das práticas pedagógicas inclusivas e das estratégias diferenciadas no contexto da Educação Especial. As produções precisavam estar acessíveis na íntegra, apresentar coerência com os objetivos da pesquisa e dialogar com o contexto educacional brasileiro. Foram desconsiderados os trabalhos que, embora trouxessem menções à inclusão, tratavam o tema de forma muito genérica ou não estabeleciam relação direta com a prática pedagógica inclusiva. Também foram excluídos documentos incompletos ou com conteúdo repetido, que não agregassem novas perspectivas ao estudo.

A análise foi conduzida com base na leitura sensível e comparativa dos textos selecionados, buscando identificar pontos em comum, divergências, lacunas e caminhos de aprofundamento. Esse percurso investigativo permitiu a construção de uma base sólida para a discussão teórica do trabalho, reafirmando o compromisso com uma educação mais justa, acessível e humanizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Falar da Educação Especial no Brasil é revisitar caminhos de lutas, exclusões e conquistas que moldaram, ao longo do tempo, a maneira como a sociedade vê e acolhe a diversidade humana. É entender que o processo não foi linear e que, por trás de cada avanço, existe um contexto social e político que influenciou diretamente os rumos tomados. Por muito tempo, as pessoas com deficiência foram invisibilizadas, tratadas como incapazes e, muitas vezes, segregadas de todos os espaços sociais inclusive da escola.

Durante o período colonial e grande parte do Império, o atendimento às pessoas com deficiência era praticamente inexistente. A sociedade brasileira, marcada por fortes influências religiosas e assistencialistas, enxergava essas pessoas sob o viés da caridade ou da punição divina. Como lembra Mendes (2020), a deficiência era, muitas vezes, associada a um castigo, e a resposta institucional a essa condição limitava-se ao cuidado, e não à educação.

O primeiro passo formal rumo à Educação Especial no Brasil foi dado no século XIX, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) em 1854 e do Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente INES Instituto Nacional de Educação de Surdos) em 1857. Essas instituições marcaram o início do atendimento educacional a pessoas com deficiência, mas com caráter segregacionista, pois funcionavam de forma isolada da rede

regular de ensino (Mazzotta, 2011). O modelo vigente era médico e clínico, focado na tentativa de "normalização" do indivíduo, como se fosse necessário moldá-lo para se encaixar em um padrão social esperado.

Com o passar dos anos e principalmente no século XX, a Educação Especial começou a ganhar novas interpretações, influenciadas pelos movimentos sociais e pelos debates internacionais sobre direitos humanos. Ainda assim, a ideia de escola especial prevaleceu por décadas. Foi somente a partir das décadas de 1980 e 1990 que se fortaleceu, no Brasil, a concepção de inclusão, influenciada por documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994), que defende a educação de todos os alunos, inclusive os com deficiência, em escolas regulares.

No Brasil, esse novo olhar sobre a Educação Especial como parte da educação regular encontrou respaldo na Constituição Federal de 1988, que garantiu, em seu artigo 208, o direito à educação para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Esse foi um marco essencial. Como destaca Mantoan (2015), a Constituição representou a primeira grande ruptura com o modelo excludente, abrindo caminhos para que a inclusão escolar se tornasse política pública.

2985

Na década de 1990, outros documentos e legislações fortaleceram esse movimento, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, que assegura o atendimento educacional especializado (AEE) às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O artigo 58 da LDB foi determinante para integrar a Educação Especial como uma modalidade transversal, presente em todos os níveis, etapas e modalidades do ensino. Para Ferreira e Glat (2020), essa mudança de paradigma exige da escola o reconhecimento de que a diversidade é parte constitutiva do processo educativo, e não uma exceção.

Outro momento decisivo ocorreu em 2008, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que consolidou o entendimento de que a escola deve ser o espaço de todos e para todos. Essa política definiu claramente que o Atendimento Educacional Especializado não substitui o ensino comum, mas o complementa, oferecendo recursos, serviços e estratégias que possibilitem o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

Essa nova lógica rompe com a ideia de que o aluno com deficiência precisa se adaptar à escola. Em vez disso, é a escola que precisa se reorganizar para acolher, respeitar e valorizar as singularidades de todos os estudantes. Como afirma Carvalho (2019), trata-se de uma mudança profunda de mentalidade, que envolve desde a formação inicial e continuada de professores até o repensar das práticas pedagógicas e do currículo.

Apesar dos avanços, os desafios persistem. Muitas escolas ainda reproduzem práticas excludentes, mesmo quando inseridas no contexto da Educação Inclusiva. A falta de formação específica, a ausência de recursos pedagógicos e estruturais, bem como resistências culturais e atitudinais, tornam a efetivação da inclusão um processo lento e, por vezes, frágil. É o que apontam Gatti e Barreto (2019), ao analisarem o impacto da formação docente na consolidação de práticas verdadeiramente inclusivas.

Hoje, mais do que nunca, é necessário reconhecer que a Educação Especial, na perspectiva da inclusão, é uma construção coletiva. Não se trata de um favor à pessoa com deficiência, mas de direito, de justiça e de compromisso com a equidade. O percurso histórico da Educação Especial no Brasil nos mostra que já avançamos muito, mas também evidencia o quanto ainda precisamos caminhar para que a inclusão seja mais do que um discurso bonito nos documentos oficiais: que ela se torne uma vivência concreta, cotidiana e respeitosa dentro das escolas.

2986

Ao longo dessa trajetória, o que antes era visto como "inviável" se tornou um dever. E, como bem sintetiza Mantoan (2015), a inclusão escolar não é uma utopia, mas uma necessidade de uma sociedade que deseja se construir sobre os pilares da democracia e da justiça social.

Falar sobre Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é falar sobre reconhecimento, respeito às diferenças e garantia de direitos. É abrir espaço para que todos, absolutamente todos, possam aprender, participar e viver o cotidiano escolar de forma plena, sem precisar se adaptar a um molde que exclui ou silencia suas singularidades. Essa abordagem exige não apenas mudanças estruturais nas escolas, mas sobretudo transformações nas mentalidades e nas práticas pedagógicas.

A inclusão escolar não pode ser compreendida como um favor, uma concessão ou um discurso de compaixão. Ela é, acima de tudo, um direito respaldado por legislações, políticas públicas e, principalmente, por princípios éticos de justiça social. Como destaca Mantoan

(2015), incluir é reconhecer que a diversidade faz parte da condição humana, e que a escola precisa acolher essa diversidade como riqueza, e não como obstáculo.

A Educação Especial, nesse contexto, se apresenta como uma modalidade de ensino transversal, ou seja, está presente em todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2008), o AEE deve ser ofertado de forma complementar e não substitutiva ao ensino comum, visando à eliminação de barreiras para a plena participação dos estudantes.

O conceito de inclusão vai muito além da simples presença física do aluno na sala regular. É preciso garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem, o que demanda práticas pedagógicas diferenciadas, uso de tecnologias assistivas, flexibilização curricular e uma profunda escuta das necessidades de cada sujeito. Como afirma Carvalho (2019), o sucesso da inclusão está diretamente ligado à capacidade da escola em se adaptar ao aluno, e não o contrário.

Os marcos legais que sustentam essa perspectiva no Brasil são diversos e vêm se fortalecendo desde a Constituição Federal de 1988, que garantiu, no artigo 208, o direito à educação para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) consolidou a Educação Especial como modalidade transversal e reforçou o direito ao AEE. Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008, representa um divisor de águas, ao afirmar que todos os alunos, independentemente de suas condições, têm direito a frequentar a escola comum.

Outro marco importante é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional (Decreto nº 6.949/2009), que reafirma a inclusão escolar como direito humano. A partir dela, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015) veio consolidar essa garantia, ao estabelecer que a recusa de matrícula por motivos de deficiência é crime e que a oferta de recursos de acessibilidade deve ser responsabilidade da instituição de ensino.

Entretanto, apesar desses avanços, a inclusão ainda encontra muitos entraves no cotidiano escolar. Barreiras atitudinais, ausência de formação continuada, estrutura física inadequada e resistência de parte da comunidade escolar são obstáculos que precisam ser superados. Segundo Glat e Blanco (2018), muitos professores ainda se sentem despreparados para atuar com a diversidade em sala de aula, o que revela a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à valorização e formação docente.

Para que a Educação Especial, na perspectiva inclusiva, seja de fato efetivada, é essencial a construção de uma cultura escolar pautada na valorização das diferenças, no diálogo entre os sujeitos e na cooperação entre os profissionais da escola. Como lembra Nóvoa (2017), o professor não pode estar sozinho nessa missão: é preciso que haja uma rede de apoio composta por profissionais do AEE, coordenadores pedagógicos, gestores e famílias.

O Atendimento Educacional Especializado, previsto em sala multifuncional ou outros espaços de apoio, deve estar alinhado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, e não ser tratado como um serviço isolado. A inclusão exige planejamento, escuta e corresponsabilidade. Para Ferreira e Glat (2020), o AEE é um espaço potente de transformação, desde que esteja em sintonia com o trabalho pedagógico da sala de aula comum e com os desejos e necessidades do aluno.

2988

A escola inclusiva é, por essência, uma escola que aprende com seus estudantes. Que se revê, se refaz, se reconstrói continuamente para não excluir. Que comprehende que ensinar não é apenas transmitir conteúdos, mas criar condições para que todos possam desenvolver suas potencialidades. Como escreve Mantoan (2015), incluir é reinventar a escola, é romper com a lógica da homogeneidade, é criar caminhos novos para que ninguém fique para trás.

É importante lembrar que a Educação Inclusiva não é uma pauta exclusiva da Educação Especial. Ela diz respeito à escola como um todo e à maneira como ela lida com as desigualdades sociais, raciais, culturais, de gênero, entre outras. A inclusão é uma postura ética, pedagógica e política. É uma forma de dizer, com atos e não apenas palavras, que todos têm valor e pertencem.

Assim, refletir sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é um convite a repensar profundamente a escola que temos e a projetar a escola que desejamos. Uma escola onde as diferenças sejam vistas como parte do todo e não como exceção. Uma escola onde todos os estudantes tenham voz, vez e lugar.

Construir uma escola verdadeiramente inclusiva exige muito mais do que boas intenções ou discursos bem elaborados. É preciso agir com sensibilidade, escuta ativa e compromisso pedagógico diante das diferenças que fazem parte da sala de aula. E uma das formas mais concretas de tornar a inclusão real no cotidiano escolar está nas práticas pedagógicas inclusivas e nas adaptações curriculares, que permitem que cada estudante tenha a chance de aprender a partir de suas possibilidades, ritmos e necessidades.

As práticas pedagógicas inclusivas partem da ideia de que todos os alunos têm o direito de aprender juntos, no mesmo espaço e tempo escolar, com o apoio necessário para que suas potencialidades floresçam. Elas rompem com a lógica tradicional de ensino, que valoriza a homogeneidade e a padronização, para abrir caminhos a uma educação mais flexível, acolhedora e significativa. Como afirma Mantoan (2015), o professor da escola inclusiva precisa ser criativo, ousado, capaz de planejar com base na diversidade da turma e não a despeito dela.

Nesse processo, o currículo desempenha um papel central. Por muito tempo, o currículo escolar foi construído de maneira rígida, com metas e conteúdos fixos, desconsiderando as múltiplas formas de aprender. No entanto, na perspectiva da inclusão, o currículo precisa ser acessível e flexível, adaptando-se às singularidades dos alunos. Isso significa considerar diferentes formas de apresentação dos conteúdos, de expressão dos aprendizados e de participação nas atividades. De acordo com Rodrigues e Freitas (2021), o currículo inclusivo é aquele que se molda aos sujeitos e não exige que os sujeitos se moldem a ele.

2989

As adaptações curriculares são estratégias fundamentais para garantir esse direito. Elas podem ser de dois tipos: adaptações não significativas, que mantêm os objetivos de aprendizagem do currículo comum, apenas modificando a forma de acesso e participação (como uso de recursos visuais, ampliação do tempo, apoio de profissional); e adaptações curriculares significativas, que alteram os objetivos pedagógicos conforme as necessidades do aluno, respeitando sua trajetória e possibilidades reais. Ambas têm seu lugar e importância, desde que sejam construídas com base no diálogo entre professores, profissionais de apoio e a própria família.

A metodologia também precisa ser revista nesse contexto. O uso de metodologias ativas, como projetos interdisciplinares, aprendizagem cooperativa e ensino por investigação, permite maior protagonismo dos estudantes e favorece uma abordagem mais personalizada. Como destacam Santos e Nunes (2022), quando o aluno é convidado a participar ativamente da

construção do conhecimento, sua autoestima cresce e ele se sente pertencente àquele espaço. Isso é ainda mais significativo para estudantes com deficiência, que muitas vezes já enfrentam um histórico de exclusão.

Além disso, o uso de tecnologias assistivas e recursos pedagógicos diversificados é essencial para mediar o processo de ensino-aprendizagem. Materiais tátteis, softwares de leitura, pranchas de comunicação alternativa, jogos adaptados, entre tantos outros, podem tornar o conteúdo mais acessível e envolvente. Segundo Lopes e Silva (2020), a tecnologia, quando utilizada com intencionalidade pedagógica, se transforma em ponte entre o aluno e o conhecimento, rompendo barreiras que antes pareciam intransponíveis.

Outro ponto importante é o planejamento pedagógico colaborativo. A inclusão não é responsabilidade de um único professor, mas de toda a equipe escolar. A troca entre docentes, o diálogo com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a escuta das famílias são práticas que fortalecem o processo e tornam as adaptações mais eficazes. Conforme Glat e Pletsch (2019), o planejamento coletivo potencializa as ações pedagógicas e evita que o professor se sinta sozinho diante dos desafios da inclusão.

Vale lembrar que adaptar não significa simplificar. Pelo contrário, adaptar é aprofundar a compreensão sobre o aluno e pensar caminhos criativos e respeitosos para que ele acesse o conteúdo de forma significativa. Como reforça Oliveira (2023), a adaptação curricular não deve ser vista como um favor, mas como uma estratégia legítima de ensino que reconhece o aluno como protagonista do seu processo de aprendizagem.

É fundamental que a escola se comprometa, de forma institucional, com a formação continuada dos professores para que eles se sintam preparados e seguros para aplicar essas práticas. A falta de preparo ainda é uma das maiores barreiras relatadas pelos docentes. Conforme evidenciado por Gatti (2019), muitos educadores reconhecem a importância da inclusão, mas não se sentem capacitados para realizá-la de maneira efetiva.

Na construção de uma escola inclusiva, o professor e a equipe pedagógica ocupam um lugar de profunda responsabilidade e sensibilidade. São eles os agentes que acolhem, interpretam e constroem, no cotidiano, os caminhos possíveis para que cada estudante, com suas singularidades, encontre na escola um espaço de pertencimento, aprendizagem e respeito. Implementar estratégias diferenciadas exige mais do que domínio de técnicas: exige empatia, escuta ativa e uma postura ética comprometida com o direito à educação para todos.

A formação continuada emerge, nesse cenário, como um dos pilares fundamentais para o êxito da inclusão escolar. Segundo Amaral e Padilha (2021), é por meio da formação permanente que o professor amplia sua compreensão sobre as diferenças e desenvolve práticas mais responsivas às necessidades dos alunos com deficiência. A formação, quando oferecida de maneira contextualizada, colabora para que o educador se sinta preparado, seguro e criativo na elaboração de estratégias pedagógicas acessíveis.

No entanto, a inclusão não pode ser um trabalho solitário. O planejamento coletivo e a atuação integrada da equipe pedagógica são essenciais para garantir coerência e efetividade às ações inclusivas. Como pontuam Machado e Souza (2020), a prática pedagógica inclusiva deve ser construída em rede, com trocas constantes entre professores, coordenadores, profissionais do AEE e famílias. Essa cooperação amplia os olhares sobre o estudante e favorece a construção de ambientes escolares mais sensíveis às diferentes formas de aprender.

A escuta da equipe pedagógica também é uma via importante de construção de vínculos e acolhimento. Quando a escola se organiza para promover reuniões pedagógicas que valorizam o compartilhamento de experiências, ela fortalece os laços entre os profissionais e favorece o desenvolvimento de estratégias mais eficazes. De acordo com Reis e Cardoso (2022), é no coletivo que se encontram as soluções mais criativas e as práticas mais humanas.

2991

É preciso destacar que o professor não precisa saber tudo, mas precisa estar disposto a aprender continuamente. A humildade profissional e o desejo de fazer diferente são marcas de uma postura ética diante da diversidade. Como afirma Lima (2019), o papel do professor na educação inclusiva é, antes de tudo, o de um mediador de mundos, capaz de criar pontes entre o currículo e a vida dos alunos.

Assim, reconhecer o protagonismo do professor e da equipe pedagógica na implementação de estratégias diferenciadas é também reafirmar que a inclusão começa nas relações. Começa quando um olhar se amplia, quando uma prática se transforma e quando a escola comprehende que aprender é um direito de todos e ensinar é um ato de cuidado.

Apesar dos avanços legais e teóricos no campo da inclusão escolar, ainda existem inúmeras barreiras que dificultam sua efetivação no cotidiano das escolas. Essas barreiras, segundo a classificação do MEC, podem ser atitudinais, pedagógicas e estruturais, e todas elas impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência.

As barreiras atitudinais são, muitas vezes, as mais difíceis de superar, pois envolvem preconceitos, estigmas e resistências por parte da comunidade escolar. Muitos profissionais ainda mantêm a crença de que alunos com deficiência não acompanham a turma, o que os leva, consciente ou inconscientemente, à exclusão desses estudantes do processo pedagógico. Como destacam Silva e Ribeiro (2020), a mudança de postura dos educadores é essencial para que a inclusão não seja apenas legal, mas também ética e afetiva.

As barreiras pedagógicas dizem respeito à falta de estratégias, recursos e formação adequados para lidar com a diversidade em sala de aula. Muitos professores não se sentem preparados para planejar atividades adaptadas ou utilizar metodologias inclusivas. De acordo com Alves e Lima (2019), a ausência de uma formação continuada centrada na prática contribui para a manutenção de um ensino padronizado, que exclui quem não se encaixa no modelo tradicional.

Já as barreiras estruturais envolvem desde a acessibilidade física da escola até a oferta de recursos pedagógicos e tecnologias assistivas. Salas sem rampas, ausência de sinalização tátil ou materiais adaptados são apenas alguns exemplos de como o ambiente escolar ainda não está plenamente preparado para acolher a todos. Como lembram Ferreira e Cunha (2021), a escola precisa ser pensada como um espaço universal, onde a estrutura física seja aliada do processo educativo.

2992

Apesar desses desafios, há muitas experiências, políticas públicas e caminhos possíveis que apontam para a construção de uma escola mais justa, plural e acessível. A implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas públicas, com salas de recursos multifuncionais, tem sido uma das principais iniciativas para apoiar o desenvolvimento dos alunos com deficiência no ensino regular.

Além disso, políticas como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reafirmam o compromisso do Estado com a garantia de uma educação inclusiva de qualidade. Como destacam Barreto e Mendes (2022), essas políticas não apenas apontam diretrizes, mas também impulsionam práticas inovadoras dentro das escolas.

Experiências exitosas em diversas regiões do Brasil mostram que é possível transformar a escola quando há investimento em formação docente, planejamento colaborativo e gestão democrática. Projetos que valorizam a escuta dos alunos, o uso de tecnologias assistivas e a

flexibilização curricular têm promovido resultados positivos, não apenas para os alunos com deficiência, mas para toda a comunidade escolar.

Por fim, fortalecer a inclusão significa cultivar uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade, no reconhecimento de cada sujeito como legítimo e na construção coletiva de saberes. Como afirma Rocha (2020), a escola inclusiva não é um modelo a ser seguido, mas uma construção constante, feita por todos que acreditam na educação como direito inegociável.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar como as estratégias de ensino diferenciadas podem contribuir para a efetivação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Ao longo do percurso investigativo, foi possível compreender, com profundidade, que incluir não se trata apenas de permitir a presença física de estudantes com deficiência em salas de aula regulares, mas de garantir que cada um deles tenha acesso real, condições para participar ativamente e oportunidade de aprender de forma significativa.

Foram exploradas práticas pedagógicas, políticas públicas e experiências que mostram, na teoria e na vivência escolar, a complexidade e a potência da inclusão. Os objetivos específicos da pesquisa foram alcançados na medida em que se pôde investigar quais estratégias têm sido adotadas por professores, identificar os desafios enfrentados pelas escolas e refletir sobre as possibilidades de transformação por meio de ações pedagógicas planejadas, acolhedoras e sensíveis à diversidade.

2993

Ao longo do estudo, emergiram com força os obstáculos que ainda marcam o cenário educacional, como barreiras atitudinais, falta de formação continuada, ausência de recursos adequados e dificuldades estruturais. Tais elementos continuam impedindo que a inclusão se realize de forma plena e efetiva. No entanto, também foi possível identificar que, quando há compromisso institucional, escuta entre profissionais e vontade de transformar, o ambiente escolar pode se tornar um espaço verdadeiramente acessível e humano.

A pesquisa revelou que as estratégias diferenciadas de ensino, quando bem pensadas, são ferramentas concretas para garantir o direito à aprendizagem. Elas não servem apenas aos alunos com deficiência, mas a todos que, de alguma forma, necessitam de olhares mais atentos, metodologias flexíveis e oportunidades reais de participação. São elas que desafiam o modelo

tradicional de ensino e nos lembram de que a escola deve abraçar a pluralidade de formas de ser, pensar e aprender.

Conclui-se, portanto, que a Educação Especial, vista sob a luz da inclusão, tem o poder de fortalecer os valores democráticos da escola e de transformar práticas ainda marcadas por exclusão e silenciamento. A construção de uma educação inclusiva não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo, feito de escolhas éticas, pedagógicas e humanas. Que esta pesquisa possa inspirar reflexões e ações que contribuam, de fato, para a construção de uma escola em que todos se sintam pertencentes, respeitados e capazes de aprender e crescer em sua própria essência.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. M.; LIMA, R. G. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas: desafios e possibilidades. *Revista Educação e Contemporaneidade*, v. 28, n. 59, p. 340–356, 2019.

AMARAL, L. M.; PADILHA, R. Q. Formação continuada de professores e práticas inclusivas: desafios e perspectivas. *Revista Educação Especial em Debate*, v. 7, n. 2, p. 34–49, 2021.

BARRETO, A. C.; MENDES, E. G. Políticas públicas e inclusão escolar: avanços e entraves no contexto brasileiro. *Cadernos de Educação*, v. 21, n. 2, p. 78–93, 2022. 2994

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.949/2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília: Presidência da República, 2015.

CARVALHO, R. E. Inclusão: novos olhares sobre a educação de alunos com necessidades especiais. 12. ed. São Paulo: WVA, 2019.

FERREIRA, J. A.; CUNHA, M. T. Acessibilidade escolar: um estudo sobre barreiras estruturais em escolas públicas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, n. 1, p. 101–118, 2021.

FERREIRA, M. S.; GLAT, R. A Educação Especial na perspectiva inclusiva: práticas pedagógicas e políticas públicas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, p. 1–18, 2020.

GATTI, B. A. *A formação continuada de professores e a prática pedagógica: relações e desafios*. São Paulo: Cortez, 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLAT, R.; BLANCO, R. N. A formação de professores para a inclusão escolar: desafios e possibilidades. *Revista Educação e Sociedade*, v. 39, n. 143, p. 623–640, 2018.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. Planejamento colaborativo e práticas inclusivas: desafios e possibilidades. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 45, e206349, 2019.

LIMA, T. C. Docência inclusiva: mediações pedagógicas na construção da escola democrática. *Revista Diálogo Educacional*, v. 19, n. 62, p. 345–360, 2019.

LOPES, F. R.; SILVA, M. C. Tecnologia assistiva e inclusão escolar: uma aproximação necessária. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 4, p. 577–594, 2020.

MACHADO, M. L.; SOUZA, R. A. Planejamento colaborativo e inclusão escolar: contribuições para o trabalho docente. *Revista Práxis Educativa*, v. 15, e201098, 2020.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 13. ed. São Paulo: Moderna, 2015. 2995

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, E. G. *Educação inclusiva: construindo sistemas educacionais para todos*. Campinas: Autores Associados, 2020.

NÓVOA, A. *Os professores: o presente e o futuro*. Lisboa: Educa, 2017.

OLIVEIRA, A. L. M. *Adaptações curriculares na prática inclusiva: um olhar sobre os desafios contemporâneos*. *Cadernos de Educação Especial*, v. 38, n. 1, p. 25–40, 2023.

REIS, A. P.; CARDOSO, M. J. *Práticas colaborativas e inclusão: um olhar sobre o papel da equipe pedagógica*. *Revista Brasileira de Educação Básica*, v. 9, n. 28, p. 1–15, 2022.

ROCHA, L. A. *Educação inclusiva: entre políticas e práticas possíveis*. *Revista Práxis Educacional*, v. 16, n. 40, p. 142–158, 2020.

RODRIGUES, D. A.; FREITAS, S. M. *Currículo e inclusão: desafios para a construção de práticas educacionais democráticas*. *Revista Educação & Realidade*, v. 46, n. 3, e99366, 2021.

SANTOS, T. F.; NUNES, L. C. Metodologias ativas e inclusão escolar: experiências e reflexões docentes. *Revista Práxis Educacional*, v. 18, n. 48, p. 1–20, 2022.

SILVA, R. M.; RIBEIRO, M. C. Barreiras atitudinais à inclusão: percepções de professores da educação básica. *Revista Educação e Linguagens*, v. 9, n. 18, p. 154–171, 2020.